

**LEIA AINDA  
NESTA EDIÇÃO****ATO RELEMBRA  
IRMÃ DOROTHY E  
CONDENA A  
VIOLÊNCIA CONTRA  
OS TRABALHADORES**

## ASSEMBLÉIA

# Funcionários retornam ao trabalho, mas mantêm estado de greve

A assembleia dos funcionários administrativos da PUC decidiu pelo retorno ao trabalho, na sexta-feira, 8/4. A decisão pautou-se pela solicitação da juíza Wilma Nogueira da Silva, na audiência de conciliação do dia 7/4 (leia nesta página matéria sobre a audiência).

Os funcionários mantiveram, no entanto, o estado de greve, aguardando o julgamento do dissídio e da greve, que pode ocorrer até o final do mês.

## **Avaliação positiva**

Os funcionários avaliaram que a saída de seu movimento grevista não significou nenhuma derrota, pois a atitude da categoria evitou que a Reitoria efetuassem novos cortes de funcionários. "O movimento impediu que as reformas estruturais, da maneira que ocorreram no CPD, fossem impostas de cima para baixo", afirmou Maria Bernardete Maciel. Por outro lado os funcionários avaliaram como

positiva a adesão dos professores e estudantes à sua luta, mostrando que os três segmentos têm críticas semelhantes às posturas da administração da universidade.

Os funcionários realizarão uma

nova assembleia nesta sexta-feira, 15/4, às 14h, em sala a confirmar. Na quinta-feira, 14/4, acontece, às 16h, mais uma audiência de conciliação entre a AFAPUC e a Reitoria, no Tribunal Regional do Trabalho.

## **Juíza pede volta ao trabalho**

Na primeira audiência de conciliação, realizada em 7/4, foi feito à AFAPUC o pedido de retorno ao trabalho "na expectativa de que o presente dissídio chegue a bom termo".

O advogado da PUC, Paulo Sergio João, apresentou um relatório narrando as dificuldades da universidade, principalmente da Comfil, que aguarda a visita do MEC nas próximas semanas.

Paulo Sergio João levantou a inconstitucionalidade da greve, em virtude das alterações recentemente incluídas na Reforma do Judiciário (mudanças estas que representam um atra-

so para os trabalhadores e estão sendo questionadas por diversos magistrados). O representante da PUC afirmou que a universidade não reconhecia o índice do Dieese (fato que já havia sido reconhecido pela própria Reitoria) e declarou que não existe nenhuma possibilidade de acordo quanto aos funcionários demitidos.

Embora o Ministério Público solicitasse o retorno de 40% dos grevistas e estipulasse multa de R\$10.000 por dia à associação, a fala da juíza "ratifica o pedido de apreciação do movimento", reconhecendo o dissídio da categoria.

# Assembleia dos funcionários

Dia 15/4 - 14h - sala a confirmar

Resultado da 2ª audiência com a Reitoria

## Impunidade e reforma agrária

As associações dos trabalhadores da PUC-SP – Apropuc e Afapuc – promoveram, no dia 6 de abril, um grande ato público no TUCA – Teatro da Universidade Católica de São Paulo – contra a violência e a impunidade, em defesa da vida e da justiça, contra os assassinatos no campo e na cidade.

E para render homenagem à missionária Dorothy Stang, barbaramente assassinada em Anapu, no Pará, convidamos para participar do ato público o coordenador da Comissão Pastoral da Terra em Anapu, padre José Amaro Lopes de Souza, e o vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu, Gabriel Domingos do Nascimento.

Tivemos o prazer de conviver com esses dois lutadores do povo durante três dias. Trocamos informações e opiniões sobre a dura sobrevivência na região amazônica, as lutas do povo brasileiro e as grandes dificuldades – históricas – para a concretização da reforma agrária num País imenso, com enorme quantidade de terras públicas abandonadas e com 55 mil latifúndios improdutivos.

O mais dramático disso tudo é que nenhum governo – nem no Brasil colônia, nem no Brasil império, nem no Brasil república, nem nas ditaduras de Getúlio Vargas e dos militares, nem nas “democracias” de Collor (PRN), Sarney (PMDB), FHC (PSDB) e Lula (PT) conseguiu avançar muito na reforma agrária.

O governo Lula prometeu assentar 400 mil famílias em quatro anos, mas, até agora, em números oficiais, não chegou nem perto de 120 mil famílias assentadas. Os movimentos do campo ainda contestam esses números e dizem que eles estão maquiados para cima, com a contagem de titulação de assentamentos realizados anteriormente.

O mais triste dessa situação é que, segundo a CPT, nesses últimos vinte anos de redemocratização do País, de 1985 a 2005, foram assassinados no campo 1.671 trabalhadores rurais, e em menos de 10 crimes ocorridos nos conflitos de terra os assassinos (pistoleiros e mandantes) foram julgados, condenados e cumpriram pena.

O grande problema da impunidade no campo é que o aparelho de Estado (Governo Federal, governos estaduais, polícias e Poder Judiciário) não cumpre os preceitos legais, não promove a justiça e ainda por cima protege os criminosos – normalmente grandes grileiros de terra, latifundiários, fazendeiros, empresas agrícolas e madeireiros.

Jurados de morte pelos poderosos de Anapu, Altamira e Marabá, o padre José Amaro, que trabalhou durante 15 anos com a irmã Dorothy, e o sindicalista Gabriel, são agora os principais alvos da fúria assassina dos latifúndios. E, como eles, existem centenas de lutadores do povo ameaçados permanentemente por um sistema feudal e oligárquico que deveria ter sido liquidado e substituído com a Proclamação da República, no século 19, mas que ainda atua com força no Brasil do século 21.

Se quisermos construir um País mais justo e socialmente desenvolvido, um País com oportunidades iguais para todos – é preciso acabar de vez com a impunidade, com o latifúndio e com a especulação da terra, é preciso concretizar a reforma agrária para mais de um milhão de famílias que lutam por um futuro melhor. Não existe outro caminho.

*Hamilton Octavio de Souza,  
Diretor da Apropuc.*

## Professores retomam campanha salarial

Nesta quinta-feira, 14/4, às 19h, em sala a confirmar, acontece mais uma assembleia dos professores. Na assembleia de 29/3, que contou com a presença da Reitoria, os docentes aprovaram propostas referentes às demissões de funcionários e quanto à preservação de suas condições de trabalho e empregabilidade. Devido ao adiantado da hora, a discussão sobre as propostas econômicas foi transferida para uma nova assembleia.

O texto enviado pela direção da universidade aos

professores pouco difere das propostas anteriores (veja quadro abaixo), em que o reajuste pelo ICV-Dieese é reconhecido, mas aplicado somente em 2006. Segundo o documento, “a situação financeira da universidade impede que seja realizada a reposição pleiteada pelos professores em 2005”. A reivindicação da APROPUC é idêntica àquela defendida pelo Sindicato dos Professores (Sinpro-SP), que além disso inclui em sua pauta o aumento da hora-atividade, cesta básica e vale-refeição.

### Proposta da Reitoria aos professores

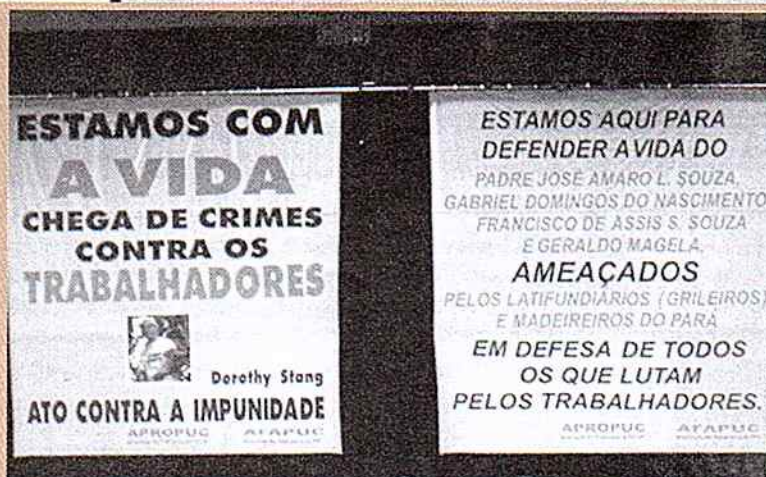
- 1- Pagamento do restante do 13.º de 2004 em 4 parcelas: 20% em maio, 20% em junho, 40% em julho e 20% em agosto/2005; os valores serão corrigidos pelo ICV-Dieese;
- 2- Aplicação do ICV-Dieese no período março/04 a fevereiro/05 sobre os salários de dezembro/05 a partir de janeiro de 2006;
- 3- Diferenças salariais referentes à aplicação do ICV entre março/05 e dezembro/05 pagas em 3 parcelas: abril, junho e agosto/06, corrigidas pelo ICV-Dieese;
- 4- A Reitoria entende que as medidas em fase de implantação permitirão a regularização dos pagamentos de salários a partir de outubro/05;
- 5- A Reitoria entende que qualquer reposição salarial referente ao atraso dos salários só poderá ser implantada a partir de agosto/06, com correção pelo ICV em 4 parcelas trimestrais.



PUCviva é uma publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. **Coordenação:** Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Ébano Piacentini. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** [apropuc@uol.com.br](mailto:apropuc@uol.com.br). **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA.02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. **Fone:** 3670-8004. **Correio Eletrônico:** [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br) - PUCviva na Internet: [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br).



# UM ATO PELA VIDA E CONTRA A IMPUNIDADE



No alto, a mesa do ato. Da esquerda para a direita, Gabriel Domingos do Nascimento, Padre José Amaro Lopes de Souza, Erson Martins, Gilmar Mauro e Felipe Magane. Abaixo, as faixas expostas no palco do Tuca, que mais tarde seriam afixadas na Igreja de Anapu, no Pará

Mais de 500 pessoas compareceram ao Tuca na quarta-feira, 6/4, num ato organizado por APROPUC e AFAPUC para repudiar a violência no campo e exigir punição aos assassinos de trabalhadores e militantes como Dorothy Stang.

Aos 73 anos, vivendo há 33 no Pará – 23 só em Anapu –, a Irmã Dorothy foi assassinada numa emboscada no dia 12 de fevereiro deste ano. Padre José Amaro Lopes de Souza e Gabriel Domingos do Nascimento, dois militantes que trabalharam com a freira ao longo dos últimos anos, relataram seu cotidiano de ameaças e lutas junto aos agricultores pobres da região da Amazônia, pressionados pelos donos de grandes latifúndios. Também estava presente Gilmar Mauro, membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O evento teve cobertura jornalística de veículos de comunicação como TV Cultura, Rede PUC e Radio Difusão, cujo sinal é transmitido pela Radiobrás até a região norte do país. Na quinta-feira, 7/4, foi gravada uma entrevista com a APROPUC e os dois militantes do Pará. A fita já disponível na Videoteca. Outras cópias serão enviadas a movimentos sociais de todo o país.

O professor Erson Martins, que representou a APROPUC, resumiu na abertura os objetivos do ato: “primeiro, denunciar o bárbaro assassinato de Dorothy Stang. Segundo, mostrar que antes de seu assassinato muitos outros trabalhadores agrários e urbanos foram mortos, e que depois, mesmo

no Pará, dois trabalhadores agrários também foram assassinados”. Erson também lembrou a recente chacina no Rio de Janeiro e o despejo violento de 4 mil famílias em Goiás, quando 10 mil policiais assassinaram dois sem teto e prenderam mais de mil. O professor também citou várias chacinas históricas contra pobres, como Vigário Geral, Candelária, Carandiru, Corumbiara e Eldorado dos Carajás.

Para o representante da AFAPUC na mesa, Felipe Magane, “o ato foi importante porque teve a presença de inúmeros movimentos sociais e ilustrou, através dos depoimentos, a triste realidade vivida pelos trabalhadores rurais paraenses”.

Apoiando o movimento, estavam presentes no ato representantes do jornal e da rádio comunitários da Associação Cantareira, Centro de Direitos Humanos de Sapopemba, Projeto de Meninos e Meninas de Rua de Guarulhos, regionais da grande São Paulo do MST, assentamentos Dom Tomás Balduino e Irmã Alberta, acampamentos Dom Pedro Caldadari e Camilo Torres, membros do PT, P-SOL, POR, Movimento dos Cursinhos Populares, jornal *A palavra latina*, Associação Pró-Cidadania da Zona Norte, Movimento dos Sem Educação, Associação Brasileira de Estudantes e Professores de Serviço Social (Abepss), mandato do deputado Renato Simões (PT), jornal *Brasil de fato*, Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos) e Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Mônica Paixão.

## QUINZE ANOS JUNTO COM DOROTHY

**Padre José Amaro Lopes de Souza**, coordenador da Comissão Pastoral da Terra

**LADO A LADO COM DOROTHY** – “Há quinze anos, participei do Movimento Missionário São Cristóvão, que dava oportunidade para jovens do interior sem oportunidade de estudar. Quando a Igreja fechou o movimento, fomos jogados na rua, e Dorothy nos acolheu. A partir daí, trabalhei por 15 anos ao lado dessa irmã, dessa companheira”.



**A ORIGEM DOS CONFLITOS** – “O território que hoje compõe o município de Anapu, oeste do Pará, é originariamente de propriedade da União. Está dividido basicamente em glebas de 3 mil hectares, que na década de 1970 foram objetos de contratos de alienação de terras públicas celebrados entre o Incra e particulares, pelo período de cinco anos. O objeto era estabelecer empresas rurais, transformando as terras em produtivas. Caso a meta não fosse atingida, o contrato automaticamente seria extinto, e a terra revertida para o patrimônio da união, recebendo outra destinação. Mas os contratantes iniciais venderam as terras sem deter sua propriedade. Venderam aquilo que não tinham, causando um verdadeiro caos fundiário, que se estende até hoje”.

**OPRESSÃO À DISTÂNCIA** – “O médico paulista Paulo Medeiros de Carvalho adquiriu um lote de terra de uma senhora que era titular apenas de um contrato intransferível de alienação de terras públicas, celebrado com o Incra em 1975. Em todos os recadastramentos do governo, a área foi classificada como produtiva. Mas em todos esses anos, o senhor Paulo Medeiros permaneceu em São Paulo, administrando a área à distância, sem nunca ter ido até ela. No ano passado, o médico conseguiu mandar a Polícia Militar ao lote. Segundo relato de trabalhadores instalados na região, a polícia chegou atirando com metralhadoras, adentrou a residência dos posseiros sem mandado judicial e efetuou prisões. Depois disso, quatro homens fortemente armados ficaram na área, incendiaram casas e continuam aterrorizando e ameaçando dos trabalhadores”.

## AMEAÇA CONSTANTE AOS QUE NÃO SE CONFORMAM

**Gabriel Domingos do Nascimento**, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu, Pará

**TRABALHADORES DESCONHECIDOS** – “Os lavradores da terra infelizmente são os mais maltratados, torturados e até os mais desconhecidos em toda a sociedade brasileira. Mesmo assim, são responsáveis por 68% do que vai para a mesa do brasileiro. Na região da Transamazônica, 53 lotes de 3 mil hectares foram grillados por latifundiários. Muitos deles estão nos grandes centros, nem ao menos vivem naquela terra”.

**POTENCIAL DO POVO** – “O grande potencial da Amazônia são as pessoas que trabalham pela ocupação da região pelo povo brasileiro. Além disso, temos o movimento organizado, as pessoas que não se calam, pessoas que estão aqui, na praça, na rua, trabalhando, gritando e lutando por justiça. Há pessoas que costumam dizer que o trabalhador da terra não tem cultura, não tem inteligência, não raciocina. Hoje, temos na nossa região 150 projetos provando que é possível trabalhar e produzir sem depender de veneno ou de tecnologias compradas. Essa técnica foi criada por um agricultor, com sua família, levada para as universidades, e o Ministério do Meio Ambiente destinou recursos aos projetos. Eles provam que é possível sobreviver num pedaço de terra pequeno, e viver com sua própria família na propriedade, sem tem de inchar as favelas dos grandes centros”.

**AMEAÇA NO LUTO** – “Dez dias depois da morte de Dorothy, a secretária do Sindicato achou um bilhete endereçado a mim. Estávamos indignados, lamentando a perda de Dorothy, e recebi o texto: ‘Gabriel, você gosta dos seus filhos? Então, dedique-se mais a eles, para não perdê-los de vista’. Hoje, há em Anapu quatro pessoas diretamente ameaçadas. Irmã Dorothy era a quinta”.



## HOMENAGEAR OS MORTOS TRANSFORMANDO INDIGNAÇÃO EM LUTA

**Gilmar Mauro**, da Coordenação Nacional do MST

**AÇÃO CONCRETA, A ÚNICA ALTERNATIVA** – “nos últimos 20 anos, foram assassinadas mais de 1400 pessoas no campo. Não basta pedir que sejam punidos, porque a violência não será resolvida com a punição desses que mataram Dorothy e tantos outros. A violência nesse país vai ser resolvida no dia em que cortarmos o mal pela raiz, o dia em que nós resolvermos essa estrutura fundiária arcaica, que há 500 anos perdura neste país. A maior homenagem que podemos prestar a Dorothy, aos companheiros de Eldorado dos Carajás e a todos os



nossos mortos é o compromisso que temos de firmar: lutar. É a única possibilidade de mudar definitivamente este país. Apesar de tudo isso, apesar dos mortos e da violência, estamos muito otimistas, e achamos que é o momento de somar forças e construir uma grande unidade, que aponte na perspectiva de luta de massa, a única capaz de alterar a situação brasileira. Eu não acredito que haverá possibilidade de mudar esse país de cima para baixo. Nenhuma mudança social virá assim. Ou temos a capacidade de construí-las no meio do povo e como povo, ou elas não virão, e quando vêm não se sustentam”.

## NOSSAS REIVINDICAÇÕES

O ato Dorothy Stang, entidades e movimentos vêm ao governo reivindicar:

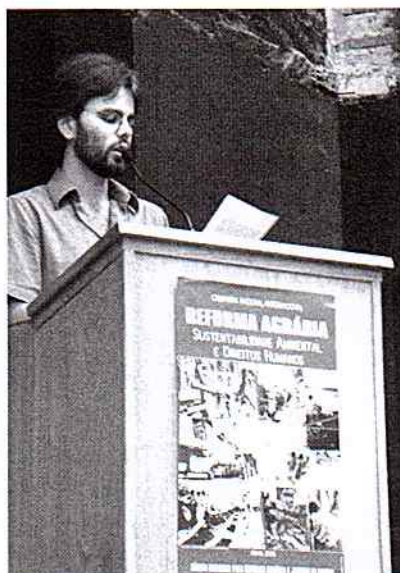
1. Exigimos que os latifundiários, madeireiros e empresários, responsáveis pelo assassinato da missionária Dorothy Stang, sejam punidos. Exigimos que esse consórcio, responsável pelas mortes da missionária e de muitos outros, seja quebrado. Que todos os crimes contra os camponeses sem-terra, agricultores pobres e índios sejam apurados e os responsáveis punidos;

2. Exigimos que o governo federal assuma e se responsabilize integralmente pelo assassinato de Dorothy. Que o caso seja federalizado para tirá-lo das mãos do governo do Pará. Nossa experiência mostra que o governo do Pará está intimamente ligado ao poder econômico da região e por isso não tem interesse na apuração total do crime e na punição dos mandantes;

3. Exigimos que o governo federal se responsabilize pela vida das pessoas ameaçadas de morte – como Padre José Amaro Lopes de Sousa, Gabriel Domingos do Nascimento, Francisco de Assis dos Santos Sousa, Geraldo Magela e outros, que trabalhavam junto com Dorothy e que continuam com o objetivo dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável em favor dos trabalhadores rurais sem-terra.

4. Exigimos do governo federal e do Incra que sejam consolidados os assentamentos em Anapu/Pará, para os quais Dorothy trabalhava e aos quais deu sua vida. Exigimos que atenda as necessidades econômicas e sociais para que os assentamentos se viabilizem e os trabalhadores rurais possam permanecer na terra, tornando-a produtiva.

5. Exigimos que o governo cumpra suas promessas de reforma agrária e de condições básicas de produção, como créditos, escolas, saúde, transporte e comercialização.



Felipe Magane, diretor da AFAPUC, lê o manifesto das associações

## REVISTA PUCVIVA DENUNCIA VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE

A Revista *PUCviva* especial intitulada *Basta de violência e impunidade* foi lançada no ato do dia 6/4 sobre o mesmo tema, e trata de denunciar os crimes do capitalismo no campo e na cidade.



A publicação foi distribuída ao público no dia do ato, e está disponível para professores e demais membros da comunidade na sede da APROPUC. Há artigos de ativistas e pensadores como Dom Tomás Balduino (presidente da Comissão Pastoral da Terra), Nalu Faria (integrante da secretaria da Marcha Mundial das Mulheres) e diretores da APROPUC, entre outros.

A revista visa “contribuir com as denúncias de crimes cometidos pelas classes dominantes contra os trabalhadores”, dando-as visibilidade. O editorial alerta que “a reação coletiva dos explorados é proibida e considerada uma violência contra os que concentram a propriedade”, pois “há certeza da impunidade”. Assinado pela diretoria da APROPUC, o texto cita casos como os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog (1975), do operário Santo Dias (1979), do ativista político Chico Mendes (1987) e, mais recentemente, da missionária Dorothy Stang (12/2/2005). “É nosso objetivo enfrentar a violência da classe dominante do ponto de vista da história das lutas sociais. Esperamos que essa publicação ajude a despertar a consciência contra a barbárie, auxilie os movimentos e sirva como documento”, conclama o editorial.



**CHEGA DE CRIMES CONTRA OS TRABALHADORES!**

# LÁGRIMAS QUE PODERIAM TER SIDO EVITADAS

Não quero ministros  
Que chegam só na morte,  
Não quero Marina da Silva  
Lamentando teu assassinato,  
Não quero Lula da Silva  
Providenciando investigações.

Te quero viva  
Te quero lutando ao lado dos pobres  
Te quero animada, furiosa, indignada  
Mas viva!

Até quando vamos ter que chorar mortos e mortos

Se tudo poderia ser evitado?

Até quando só a morte vai indignar o Estado?

Dorothy  
Oh! Dorothy, não vale a pena morrer  
Se temos uma imensa burocracia,  
Fachada para a impunidade.

Dorothy  
Não sei se a morte é apenas terrena  
Só sei que não haverá outra Dorothy  
E que depois de algum tempo  
Tudo volta ao mesmo.

Mais madeireiros,  
Mas grileiros,  
Mais sojeiros  
Mais dinheiro engolindo vidas  
Menos estado atuando ligeiro.

Seria necessário que eu, você  
e mais um milhão de homens e mulheres  
Se enchessem de indignação  
Tomassem a vida nas mãos  
E matassem todos os assassinos  
De vidas humanas e de vidas  
Vidas da natureza  
Da Floresta  
De animais silvestres  
De vidas, vidas, vidas...

Dorothy, minha irmã.  
Minha amiga

Minha companheira na luta por justiça  
Esta poesia  
Servirá apenas para te dizer adeus!  
Não vale a pena lutar para morrer  
Para ser mais uma mártir  
Num país que não liga para seus empobrecidos

Dorothy  
A milésima da lista  
Quem era a próxima, presidente Lula?  
Quem será a próxima, INCRA?  
Quem será a próxima, IBAMA?

É preciso declarar morte aos grileiros  
Aos latifundiários  
Aos madeireiros ilegais  
Aos sojeiros que trocam a floresta por grãos  
Morte aos opressores, morte aos exploradores  
Morte ao Estado ausente entre nós.

**Eunice Sena,**

*do Movimento de Mulheres do Baixo Amazonas*  
12 de fevereiro de 2005 (dia do assassinato de Dorothy Stang)



FOTOS DE ALCIA PERES

A professora Priscilla Cornalbas, presidente da APRÓPUC, faz a leitura do poema de Eunice Sena

# Sobre as cartas do professor Sergio Luna

## À Reitoria

As cartas do professor Sergio Luna e da Reitoria, divulgadas no *PUCviva*, fizeram-nos refletir sobre um aspecto essencial de nossa vida na PUC-SP: a forma de a Reitoria proceder no encaminhamento daquilo que lhe cabe. Uma vez legitimamente eleita, reza o espírito democrático que se espere e se colabore para que a gestão atual obtenha sucesso, posto que ele é também nosso. É nesse intuito, portanto, que tentamos fazer uma reflexão mais aprofundada sobre o episódio que recentemente envolveu a relação de professor da PUC com seus atuais gestores.

Entendemos que a nova Reitoria tem o direito e o dever de proce-

der à implementação de seus projetos, sobretudo aqueles que fizeram parte de suas propostas de campanha. No entanto, a forma como as mudanças pretendidas foram levadas a cabo causa apreensão. Entendemos que compete à Reitoria, para além de gerenciar a PUC-SP, uma outra tarefa: a de ajudar-nos a manter a tradição que tem sido nossa marca registrada - dialogar - visto que é por meio do diálogo que podemos ter - e exigir - relações de respeito, confiabilidade e debate democrático.

Todos lutamos para garantir que fôssemos tratados com dignidade e consideração. Queremos acreditar que continua a prevalecer entre nós um convívio saudável, porque amadurecido em mui-

tos anos de embates com o autoritarismo. Queremos acreditar também que o injustificado incidente envolvendo o professor Sergio Luna e a Reitoria foi uma lamentável ocorrência, e não a regra. Confiamos que, ao gerenciar a PUC-SP, os atuais gestores busquem construir laços que fortaleçam sua relação com cada um daqueles que nela trabalham e estudam e que possamos todos, juntos, continuar sendo um forte modelo de civilidade.

*Assinam este documento os seguintes professores: Melania Moroz, Mitsuko A.M. Antunes, Heloisa Szymanski, Abigail A. Mahoney, Marli de André, Laurinda R. de Almeida, Clarilza Prado de Souza, Wanda M. Junqueira, Cláudia Davis*

## Execução Sumária

### Francis Dias

Quarta-feira. Seis horas da tarde. Devido às nuvens carregadas que estavam se formando, o céu fechou-se, fazendo parecer oitão da noite. Estava preparando-me para ir embora quando recebi um chamado da chefia. Um forte relâmpago antecedeu as primeiras gotas d'água, enquanto eu caminhava rumo à sala.

Sem muita conversa fui levado a um quarto escuro, amarrado a uma cadeira e atingido com um tiro certo no lado esquerdo do peito. Foi assim que me senti com a notícia de minha demissão.

Além de garantir o bem que o

trabalho garante, esse trabalho garantia meus estudos. Com a demissão, senti-me mutilado.

O poder apega-se a três conceitos/palavras: representação, valores e normas; como não me encaixo plenamente nestes conceitos ou palavras, esta instituição usou seu poder contra mim. Não fui o único, mais onze passaram pelo mesmo processo. Genocídio. Apesar do tiro certo, não morremos - não por inteiro -, estamos de pé, com a cabeça erguida. Contamos com o companheirismo de muitos que podem ser mais. É contando com isso que convocamos a todos:

Façam parte do combate às

execuções ocasionadas pela atual Reitoria.

Pensem que todo ser humano é passivo de execuções, se quiser.

“São as águas de março...”

Em apoio à greve dos funcionários.

*Conto baseado na história de Elvis Vasconcelos, funcionário demitido - até o momento.*

Francis Dias é aluno do curso de Letras



# Rola na rampa

## Anatel e Reitoria contra Rádio Xiado

A Anatel enviou, em 4/4, ofício à PUC alertando sobre as penalidades previstas em lei ao se desenvolver "clandestinamente" atividades de telecomunicação, e pedindo a retirada do ar da Rádio Xiado, que classifica como ilegal. A Reitoria, por sua vez, solicitou aos responsáveis o fim imediato do rádio, e alertou sobre suposto uso indevido do nome da PUC pelo grupo. Os integrantes do coletivo Rádio Xiado esclareceram ao PUCviva que nunca fizeram uso do nome da instituição. A lei brasileira, no seu Artigo 5.º, que trata de liberdades

democráticas, diz que "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença". A Anatel, que diz representar a lei brasileira, recentemente empreendeu uma ação ilegal contra a TV Comunitária de Brasília, onde dois agentes tentaram copiar programas da emissora para "avaliar seu conteúdo". Os agentes não traziam consigo nenhum documento da Anatel determinando a ação, que contrariava a própria legislação sobre TV comunitária (Lei 8.977, de 1995).

## Índios no Museu da Cultura

No momento em que a ONU divulga suas conclusões apontando a "insuficiente proteção aos povos indígenas [no Brasil], que continuam forçados a sair de suas terras [em virtude da] elevada concentração da terra nas mãos de uma minoria", o Museu da Cultura promove um grande evento sobre a questão indígena. Com mesas de discussão, exposições, feira de livros, oficina de artesanato e mostra de vídeos, o evento *Outras palavras* tem início nesta semana, com um coquetel de abertura e apresentação musical na terça-feira, às 16h e às 21h30. Estarão presentes lideranças indígenas, intelectuais, artistas e movimentos sociais. Detalhes sobre a programação no telefone 3670-8559 e no próprio Museu (subsolo do Prédio Velho).

## Consun sobre reformas nos setores

A reunião extraordinária do Conselho Universitário que deveria ocorrer em 6/4, para tratar das reformas estruturais promovidas pela Reitoria, foi adiada para esta quarta-feira, 13/4, em virtude do luto oficial da PUC pela morte do Papa. A pauta é reivindicação de professores e funcionários membros do conselho. O assunto foi abordado nas últimas reuniões do Consun, onde as recentes demissões de 12 funcionários sem direito a defesa foram questionadas, assim como as reformas estruturais nos setores, que vêm sendo implantadas sem consulta e diálogo com a comunidade.

## Estudantes discutem união contra Reforma Universitária

O tema que norteou o debate sobre Reforma Universitária no Tuca, em 7/4, foi a questão de como unir os setores do movimento estudantil para barrar a Reforma Universitária do MEC. Falaram no debate um representante da Conlute e um da oposição da UNE, e di-

versos estudantes e representantes de CAs da PUC. Além de qualificarem o debate em torno da reforma, muitos estudantes alertaram para a necessidade de se romper com a UNE, segundo eles, uma entidade burocrática que não luta mais ao lado do movimento estudantil.

## Fabiana Cozza canta no Dia da Voz

Nesta terça-feira, 16/4, às 21h30, a cantora Fabiana Cozza canta no Tuca para comemorar o Dia Mundial da Voz. A iniciativa é do curso de Fonoaudiologia, e visa alertar as pessoas sobre a importância de cuidar da saúde da voz, já que existem no Brasil 15 mil casos de câncer de laringe, número que poderia ser reduzido com a prevenção. Fabiana Cozza é paulistana, canta MPB e ganhou notoriedade ao se apresentar ao lado de Elton Medeiros, Ivan Lins, Leila Pinheiro e Paulinho da Viola no grupo *Pra Tirar o Chapéu*.

## Inscreeva-se na Copa PUC de Society

Até terça-feira estão abertas as inscrições para a 2.ª Copa PUC de Futebol Society. Podem participar membros da comunidade puquiara, sendo que a taxa de inscrição é de 150 reais por time, que deve ter no máximo 15 atletas. A competição começa em 16/4. Haverá medalhas e troféus na premiação. Mais informações no PAC.

## Psicóloga canadense na PUC

A psicóloga Marion Woodman vem à PUC nesta semana para apresentar seus estudos sobre o universo feminino. Woodman participa de uma conferência no Tuca e de workshops em outros locais da cidade.

As atividades são voltadas a estudantes e profissionais nas áreas de Psicologia, Medicina, Comunicação e Artes, e acontecem entre 11 e 16/4. Mais informações pelo telefone 3052-3344.